

Da realidade à inclusão: uma investigação acerca da aprendizagem e do desenvolvimento do/a aluno/a com transtornos do espectro autista – TEA nas séries iniciais do I segmento do ensino fundamental

Fabiana Ferreira do Nascimento^{*}
Mara Lucia Reis Monteiro da Cruz^{**}

Resumo

Esta investigação se propõe a analisar o momento da inclusão escolar de crianças com Transtornos do Espectro do Autismo matriculadas no I Segmento do Ensino Fundamental em uma escola pública comum da Cidade do Rio de Janeiro. Mais especificamente, nosso objetivo será responder, a princípio, às seguintes questões: 1. Antes de chegarem ao primeiro segmento do ensino fundamental, que suportes tiveram como estimulação e apoio ao desenvolvimento? 2. Estes alunos cursaram a Educação Infantil? 3. Que recursos são utilizados no Ensino Fundamental para favorecer sua aprendizagem e desenvolvimento? De acordo com o DSM-V, os Transtornos do Espectro Autista – TEA englobam todos aqueles sujeitos diagnosticados com o transtorno autista, transtorno de Asperger e Invasivo do desenvolvimento sem outra especificação cujo critério diagnóstico compromete duas grandes áreas, podendo se apresentar com diferentes graus de severidade. Intervenções precoces adequadas podem favorecer o desenvolvimento da linguagem, interação social e diminuição de problemas de comportamento. Vigostki (In: Oliveira, 1992) ressalta que o ser humano constitui-se a partir da sua relação com o outro. A cultura torna-se parte da natureza humana, com isto as funções psicológicas superiores do homem são construídas a partir da sua história social, ou seja, na sua relação com o mundo. Esta é mediada através de instrumentos e signos desenvolvidos culturalmente, sendo a aquisição da linguagem um dos marcos mais importantes. A pesquisa encontra-se em sua fase inicial de desenvolvimento. Faremos uma pesquisa exploratória de cunho descritivo. A metodologia seguirá os pressupostos qualitativos com base na pesquisa participante, utilizando critérios da pesquisa-ação. Utilizaremos instrumentos como entrevistas semi-estruturadas e relatórios de visitas.

Palavras-chave: educação, inclusão, transtorno do espectro autista.

^{*} Programa de Pós-Graduação em Ensino de Educação Básica no Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira da Universidade Estadual do Rio de Janeiro. E-mail: fabifnascimento@yahoo.com.br

^{**} Programa de Pós-Graduação em Ensino de Educação Básica no Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira da Universidade Estadual do Rio de Janeiro. E-mail: mara.mcz@gmail.com

The reality of inclusion: an investigation into the learning and development of students with autism spectrum disorder in the early grades of the first educational cycle

Abstract

This research aims to analyse the inclusion of children with Autism Spectrum Disorders enrolled in the early years Elementary School in a public school in Rio de Janeiro. More specifically, our goal is to respond at first to the following questions: (1) Before reaching the first stages of elementary education, what supports did students have to enhance their development? (2) Have these students attended early childhood education? (3) Which resources were used in elementary school to promote their learning and development? According to the DSM-V, the Autism Spectrum Disorder (ASD) includes all those individuals diagnosed with an autistic disorder, Asperger's disorder and unspecified pervasive development whose diagnostic criteria touches on two major areas, which can present differing degrees of severity, and is based on social communication impairments and restricted repetitive patterns of behavior. Appropriate early interventions could promote the development of language, social interaction and decrease behavioral problems. Vygotsky (1995) points out that human beings are constituted by their relationship with others. Culture becomes part of human nature, thus the higher psychological functions of man are built from his social history, that is, in his relationship with the world. This is mediated by tools and signs developed culturally, and the acquisition of language is one of the most important landmarks. The research is in its early stages of development. We will do an exploratory descriptive research. The methodology will follow the qualitative assumptions based on participatory research, using action research criteria. We will use tools such as semi-structured interviews and visit reports.

Keywords: education, inclusion, autistic spectrum disorder.

Introdução

Minha presença no mundo não é a de quem a ele se adapta, mas a de quem nele se insere [assim] gosto de ser gente porque, mesmo sabendo que as condições materiais, econômicas, sociais e políticas, culturais e ideológicas em que nós achamos geram quase sempre barreiras de difícil superação para o cumprimento de nossa tarefa histórica de mudar o mundo, sei também que os obstáculos não se eternizam. (FREIRE, 2001, p. 60)

A ideia de propor esta investigação surgiu das inquietações da orientanda em relação ao processo de ensino-aprendizagem dos alunos com transtornos do espectro Autista – TEA, uma vez que apenas a garantia do acesso à escola, embora importante e fundamentada por lei, não tem sido condição suficiente.

No intuito de construir uma visão mais ampla do que vem sendo abordado em contexto brasileiro referente ao assunto é que fomos elaborando e dialogando sobre o trabalho aqui apresentado.

Começamos por identificar o cenário onde pretendemos realizar a pesquisa: uma escola pública localizada na zona norte do município do Rio de Janeiro.

Buscamos na fundamentação teórica, num primeiro momento, refletir sobre a ideia de exclusão e a inclusão no sistema educacional de alunos que são considerados diferentes porque possuem algum tipo de deficiência. A partir dos pressupostos de Vygotski, dialogamos sobre a escolarização e o desenvolvimento cultural dessas crianças. Na construção da nossa linha de raciocínio, seguimos tentando definir o que é o autismo e o que as abordagens teóricas (inatistas e desenvolvimentistas) têm a dizer a esse respeito. Propomos, ainda, expor um panorama a partir de uma revisão bibliográfica inicial onde abordamos o que os estudos selecionados têm a nos dizer sobre a inclusão e a escolarização de crianças com TEA. Por fim, apresentamos os pressupostos metodológicos desta pesquisa e vislumbramos como poderá ser elaborado e apresentado o nosso produto educacional.

Objeto de investigação

O município do Rio de Janeiro, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2014), conta com uma população estimada em 6.453.682 habitantes e possui atualmente um total de 658.508 alunos matriculados (SME/RJ Educação em números) em sua rede de ensino. Embora não tenhamos dados específicos sobre quantos alunos com o Transtorno do Espectro Autista – TEA são atendidos na rede, podemos levantar uma hipótese, ao considerarmos que 1/100 ou 1/150 crianças é diagnosticada com TEA (LAMPREIA, 2013; BACKES, ZANON, BOSA, 2013), que nosso município contaria aproximadamente com cerca de 4.390 a 6.585 crianças com este transtorno matriculadas nas escolas municipais.

Buscamos realizar informalmente um primeiro contato com a instituição onde pretendemos realizar a pesquisa. Trata-se de uma escola Municipal, que possui alunos com TEA, diagnosticados, tanto incluídos em turmas comuns como matriculados em classes especiais. Pensamos, a princípio, em acompanhar a rotina de 2 turmas, uma comum e outra especial, a fim de alcançarmos os objetivos propostos nesta investigação e contribuir para a discussão acerca do processo de ensino aprendizagem desses alunos e de outros com características semelhantes, em consequência do TEA, matriculados em escolas comuns, como determina a legislação vigente no país.

Objetivos

No contexto apresentado, a investigação se propõe a buscar por respostas que contemplem 3 questões:

1. Antes de chegarem ao primeiro segmento do ensino fundamental, que suportes tiveram como estimulação e apoio ao desenvolvimento?
2. Estes alunos cursaram a Educação Infantil?
3. Que recursos são ou podem ser utilizados no Ensino Fundamental para favorecer sua aprendizagem e desenvolvimento?

Fundamentação Teórica

Uma reflexão acerca do processo de inclusão

O debate sobre inclusão vem se mostrando bastante intenso nos últimos anos: se antes buscava-se legitimar o direito das pessoas diferentes à educação, garantindo com isso o acesso às escolas comuns, hoje a busca é por somar a essa entrada condições ideais de permanência e a efetiva promoção da educação, o que transfere o foco do debate para o processo de ensino-aprendizagem.

Por motivos ideológicos, políticos econômicos, questões legais, morais e éticas, ao longo das últimas décadas tornou-se necessário ressignificar a educação especial, antes um sistema educacional paralelo ao comum, tornando-o integrado ao mesmo.

Segundo a lei 9.394/96 em seu Art. 58º entende-se por educação especial aquela oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para educandos portadores de necessidades educacionais especiais. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) considera para efeito da lei que:

A educação especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular. (BRASIL/MEC/SECADI, 2008)

Estabelecendo como diretriz:

Assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da moda-

lidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas. (BRASIL/MEC/SECADI, 2008)

Estudos (PLETSCH, 2011; GLAT, VIANNA & REDIG, 2012; BRAUN, 2012) mostram que, em nosso país, embora tenhamos avanços legislativos no âmbito da educação especial, as mudanças ocorrem de maneira lenta e gradual devido a diversas questões como: condições físicas, recursos financeiros, materiais e humanos, além da própria definição do verdadeiro papel da educação especial no contexto educacional.

O ritmo e o modo de trabalho exigidos pela sociedade, no que tange à educação em relação à escola, pode acabar por contribuir para dois tipos de exclusão (DORZIAT, 2009):

1.A exclusão mascarada = o aluno tem acesso à escola, matrícula garantida, mas não há preocupação com o seu desenvolvimento e o seu processo de ensino-aprendizagem; e

2.A exclusão física = diante da não preocupação em garantir a permanência desse aluno na escola (de maneira efetiva), ou seja, impossibilitando-o ser estudante, ele desiste e acaba por abandonar o sistema de ensino.

Dados do INEP não nos dão a dimensão exata de como está ocorrendo na prática o processo de inclusão, apenas nos informam em números as taxas de matrículas da educação especial, embora não nos forneçam dados de permanência na escola. Os dados abaixo mostram o número de matrículas em escolas exclusivamente especiais e em classes regulares, respectivamente.

Tabela 1

Número de Matrículas de Alunos Portadores de Necessidades Educacionais Especiais em Escolas Exclusivamente Especializadas e/ou em Classes Especiais do Ensino Regular e/ou da Educação de Jovens e Adultos por Localização e Dependência Administrativa, segundo a Região Geográfica e a Unidade da Federação – 2014					
Unidade da Federação	Urbana				
	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada
Brasil	185.900	712	18.271	31.895	135.022
Sudeste	91.223	712	5.153	16.241	69.117
Rio de Janeiro	12.717	712	326	8.545	3.134

Fonte: MEC/INEP (2015)

Adaptada e disponível em: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>

Tabela 2

Número de Matrículas de Alunos Portadores de Necessidades Educacionais Especiais em Classes Comuns do Ensino Regular e/ou da Educação de Jovens e Adultos por Localização e Dependência Administrativa, segundo a Região Geográfica e a Unidade da Federação – 2014					
Unidade da Federação	Urbana				
	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada
Brasil	608.223	1.449	215.775	347.974	43.025
Sudeste	244.341	534	94.684	129.717	19.406
Rio de Janeiro	35.755	310	4.853	26.094	4.498

Fonte: MEC/INEP (2015).

Adaptada e disponível em: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>

Segundo Serra (apud SANTOS e PAULINO, 2008), para que haja inclusão é necessário haver participação social e principalmente aprendizagem sendo, portanto crucial revermos nossos conceitos acerca da educação, do processo ensino-aprendizagem e adaptações curriculares.

Vigotski (1995) afirma que o ser humano se constitui a partir da sua relação com o outro. A cultura torna-se parte da natureza humana, com isto as funções psicológicas superiores do homem são construídas a partir da sua história social, ou seja, na sua relação com o mundo, sendo esta mediada através de instrumentos e símbolos desenvolvidos culturalmente. Vigotski rejeita, portanto “a ideia de funções fixas e imutáveis, trabalhando com a noção de cérebro como um sistema aberto, de grande plasticidade, cuja estrutura e modos de funcionamento são moldados ao longo da história da espécie e do desenvolvimento individual.” (OLIVEIRA, 1992, p. 24)

Além disso, o desenvolvimento do ser humano está associado à utilização da linguagem cuja conquista a seu ver, seria um marco no desenvolvimento do homem. A relação entre o pensamento e a fala, segundo Rego (2002), passa por diversas mudanças na vida do indivíduo e apesar de terem origens diferentes e se desenvolverem de forma distinta é a partir da inserção da criança num grupo cultural que se constitui a relação tipicamente humana.

É possível então dizermos que a escola é um espaço que favorece o desenvolvimento da criança, e que, por isso, o primeiro contato com a instituição escolar deveria se dar o mais cedo possível, na Educação Infantil. O ambiente escolar possibilita o contato social, o desenvolvimento e a aprendizagem não só da criança com TEA como o das demais crianças na medida que possibilita a convivência com a diferença, com a diversidade. Além disso, a troca através da mediação estabelecida por seus pares e professores podem favorecer a aquisição de diferentes habilidades. Segundo Vigotski (1995) essas trocas exercem funções importantes para o desenvolvimento e a aprendizagem do sujeito.

Definindo o Transtorno do Espectro Autista - TEA

O autismo é uma condição do neurodesenvolvimento que pode se manifestar já nos primeiros anos de vida da criança (LAMPREIA, 2013; BACKES, ZANON e BOSA, 2013). Se apresenta de diversas maneiras em cada sujeito; ou seja, não encontramos um autista igual ao outro. As manifestações variadas ajudam a compor diferentes quadros clínicos. Ainda não há consenso sobre as causas e a etiologia não é totalmente conhecida, embora a ciência levante questões para tentar explicar esses quadros, que envolvem tanto as condições biológicas quanto ambientais.

Existem dois tipos de abordagens que buscam explicar o autismo (LAMPREIA, 2013):

1. A primeira refere-se aos inatistas, que se dividem entre as teorias biológicas (estudos nas áreas da neurociências) e a teoria da mente.

2. A segunda refere-se aos desenvolvimentistas, que consideram que um ambiente social favorável, reconhecimento e intervenção precoce, podem contribuir para que a criança se desenvolva de maneira mais típica.

Na área das neurociências (LAMPREIA, 2013), pesquisas mostraram que o cérebro de sujeitos com TEA sofre de anormalidades, o que implicaria nos problemas relacionados à atenção e aos aspectos sensoriais presentes em alguns. Já o sistema límbico, outra área do cérebro investigada estaria envolvida na expressão das emoções, do afeto, do comportamento social e da ansiedade originando os comportamentos inadequados e/ou estereotipados. Outra explicação seria o tamanho do cérebro, pois nessas crianças haveria um crescimento rápido e excessivo do tamanho da cabeça e esse processo desordenado não favoreceria a formação de conexões adequadas, ou seja, não haveria a “poda” necessária¹ de neurônios e a sua renovação, comprometendo assim a qualidade nas conexões entre eles. E, por último, estariam comprometidos os neurônios-espelho, que são os que nos permitem visualizar uma ação, observá-la, permitindo-nos imitá-la e compreendê-la. Além disso, eles ajudam os seres humanos a antecipar ações futuras e a se colocar imaginariamente no lugar do outro. Este comprometimento justificaria a dificuldade nas habilidades sociais e comunicativas.

A teoria da mente, por sua vez, considera que o cérebro é formado desde o nascimento do bebê por “módulos” cerebrais já prontos. Esses “módulos” (linguagem, pensamento, aprendizagem e etc.) poderiam interagir entre si compondo uma dialética constante entre linguagem e pensamento. Teoria da mente é a habilidade cognitiva que proporcionaria ao sujeito identificar o pensamento ou conseguir imaginar possíveis intenções, crenças e questões emocionais no outro. No autismo, esta habilidade estaria prejudicada. (LAMPREIA, 2013)

A abordagem desenvolvimentista, por sua vez, compreende o desenvolvimento psicológico como uma construção social. O desenvolvimento das capacidades humanas ocorreria por meio da relação entre os aspectos biológicos e culturais. Diante disso, para o desenvolvimento de uma criança temos que considerar o contexto onde ela está inserida somada as capacidades inatas do ser humano.

Não temos estudos sobre incidência e prevalência da manifestação do autismo no Brasil. No último censo demográfico de 2010, por exemplo, como critério de conceitos e definições, o IBGE não considerou como deficiência mental as perturba-

¹ A poda neuronal conhecida cientificamente como apoptose é uma espécie de morte fisiológica do neurônio. É natural que alguns neurônios morram para que outros surjam. As sinapses (interação entre um neurônio e outro) vão sendo construídas de acordo com o cérebro de cada sujeito. A esse fenômeno dá-se o nome de neuroplasticidade. Sabe-se que a aprendizagem contribui para a plasticidade cerebral à medida que novos circuitos neuronais (sinapses) vão sendo estimulados e ativados. (LENT, 2013)

ções ou doenças mentais como autismo, neurose, esquizofrenia e psicose, não tendo, portanto, nenhum item que evidenciasse uma realidade aproximada das pessoas atingidas por tais problemáticas de saúde. Alguns estudos estimam, como foi dito, que cada 1/100 crianças ou (LAMPREIA, 2013); 1/150 nascimentos (BACKES, ZANON, BOSA, 2013), apresente o quadro, além disso, para cada menina autista estima-se que existam de 4 a 5 casos entre meninos (LAMPREIA, 2013), embora ainda não se saiba o porquê dessa incidência maior nos meninos.

O autismo é um transtorno do desenvolvimento que compromete três áreas: interação social, habilidade de comunicação, acrescido de um repertório restrito de atividades e comportamentos repetitivos. Entretanto, de acordo com DSM-V (www.dsm5.org; BACKES, ZANON e BOSA, 2013) os Transtornos do Espectro Autista – TEA englobam todos aqueles sujeitos diagnosticados com o Transtorno Autista, Transtorno de Asperger e Invasivo do Desenvolvimento sem outra Especificação; cujo critério diagnóstico atualmente compromete 2 grandes áreas:

- alterações na dimensão da comunicação social (comportamentos não verbais para interação social; e habilidades de desenvolvimento, manutenção e compreensão das relações sociais); e
- presença de interesses e comportamentos restritos e repetitivos, como movimentos estereotipados, uso inadequado socialmente dos objetos, fala ecológica, apego a rotinas e hipo ou hipersensibilidade sensorial.

Especificamente em relação à criança com TEA é possível dizer que alguns bebês, desde seu nascimento, já podem apresentar algumas características que os diferenciam de seus pares. À medida que o tempo passa essas características podem ser tornar cada vez mais evidentes.

Garcia e Lampreia (2010) afirmam que evidências demonstram a hipótese de que o bebê chega ao mundo com a capacidade de interagir com o outro. Ele consegue imitar movimentos da língua feitos por 1 adulto já na primeira hora após o seu nascimento e aos 2 ou 3 meses já é capaz de demonstrar comportamentos distintos de interação com pessoas e objetos. Além disso, se esforça para ter a atenção do adulto. Assim, para Hobson (citado por GARCIA e LAMPREIA, 2010), isso demonstraria a capacidade de envolver-se afetivamente com o outro possibilitando assim a interação social, que nos bebês com espectro autista estaria prejudicada.

Segundo esse autor, os estudos de observação de bebês autistas de 24 meses e relatos dos pais sobre as interações com eles fundamentam a visão de que não seriam construídos biologicamente com a capacidade de engajamento afetivo. Desde as primeiras interações, os pais notaram que algo estava diferente ou er-

rado com seus bebês, pois eles preferiam ficar no berço, não se acalmavam ao serem embalados nos braços, não se aninhavam ao colo no momento da amamentação (GARCIA e LAMPREIA, 2010, p. 302)

Freitas (2009), baseada em estudos de Happe (1997), destaca que faltaria aos sujeitos com espectro autista a capacidade de deduzir o raciocínio e prováveis ações de outra pessoa, daí a dificuldade na comunicação através do diálogo bem como de trabalhar com o simbólico. Tais aspectos comprometem significativamente o desenvolvimento da criança e podem se apresentar com diferentes graus de severidade.

Segundo Brito e Carrara (2010) estudos demonstraram que a intervenção adequada pode favorecer melhora no desenvolvimento da fala, linguagem e interação social, e diminuição de problemas de comportamento, ou seja, quanto mais precoce a intervenção melhores podem ser os resultados obtidos.

A escolarização e o desenvolvimento de crianças com TEA

Realizamos uma revisão bibliográfica inicial nas bases de dados SCIELO e CAPES. O levantamento utilizou como descritores Inclusão/Autismo/Educação. Identificamos um total de 122 trabalhos. Foram considerados apenas os artigos e aqueles que estão publicados e disponíveis na íntegra. Para a construção do nosso argumento, seccionamos cinco obras.

Nunes, Azevedo e Schimidt (2013) tiveram como objetivo analisar a produção científica no Brasil em relação à inclusão de alunos com TEA no ambiente escolar. Com este intuito, procuraram analisar de forma descritiva 28 estudos cujo foco fosse o processo de escolarização de crianças com TEA. O trabalho explora a questão em torno da formação adequada de profissionais para trabalharem especificamente com esses alunos e a importância do trabalho colaborativo entre escolar regular e especial. O trabalho ressalta a importância do acompanhamento terapêutico como maneira de contribuir para o processo de inclusão e o papel de um agente mediador, dentro de sala de aula, quando se faz necessário. Os autores afirmam que o uso de tecnologias assistivas para esses alunos tem demonstrado resultados bastante positivos.

O artigo de Vasques, Moschen e Gurski (2013) declara que o Brasil, seguindo os movimentos internacionais dos últimos anos, propõe uma série de políticas, leis, diretrizes e programas que visam diminuir as desigualdades e conseqüentemente a exclusão escolar. Nesse movimento, sujeitos com Transtorno Global do Desenvolvimento - TGD, autismo e psicose, antes à margem, ganham destaque, e espaço no am-

biente escolar. O estudo busca refletir os efeitos, na prática, dessas normatizações; e para isso durante o seu diálogo com o leitor, o texto retrata o caso de Rodrigo na busca da conquista pelo seu lugar de aluno e apresenta o discurso de professoras sobre as possibilidades do acesso à educação e a escolarização de crianças autistas. As autoras buscam assim compreender como as relações são afetadas pelos conceitos: do diagnóstico, da diretriz política e da (im)possibilidade do processo ensino aprendizagem no ambiente escolar. Ressaltam que “na tentativa de articular igualdade e diferença, parece ser fundamental compreender o papel específico do sistema escolar na produção de sujeitos diferentes como inferiores, anormais, ineducáveis ou (in)suportáveis.” (VASQUES, MOSCHEN e GURSKI, 2013, p. 92).

O estudo de Lemos, Salomão e Agripino-Ramos (2014) busca analisar as interações sociais de crianças com TEA no ambiente escolar regular, a partir da mediação das professoras. É destacado o papel do professor no desenvolvimento dessa criança e a importância de conhecê-la para saber dar o direcionamento adequado ao processo de aprendizagem. Esse movimento vai acabar refletindo diretamente sobre as interações dos atores envolvidos nesse contexto. As autoras consideram ser essencial obter informações acerca do funcionamento cognitivo destes alunos e também buscar recursos e adaptações apropriadas como maneira de desenvolver de maneira mais eficiente um plano de intervenção individualizado adequado a cada caso.

Höher Camargo e Bosa (2009) acreditam que a inclusão escolar pode proporcionar a crianças com TEA a oportunidade de conviver com outras da mesma faixa etária, assim como veem a escola como um importante espaço não só de aprendizagem e de desenvolvimento, como também para desenvolver habilidades e competência social. As autoras demonstram através do estudo que a ausência de respostas de crianças autistas ao que está sendo solicitado se deve, na maioria das vezes, à falta de compreensão do que está sendo exigido delas e não por conta de preferirem o isolamento ou recusarem-se a participar da atividade proposta. Nesse sentido, faz-se necessário compreendê-las para motivá-las, estimulando as suas capacidades interativas. No entanto, é imprescindível uma forte reestruturação e adaptação do contexto escolar para recebê-las. Um estudo exploratório sobre as expectativas dos professores diante da possibilidade de receber um aluno com necessidades educacionais especiais e sobre inclusão indicaram que eles estavam mais preocupados com o diagnóstico e quais sintomas essas crianças poderiam apresentar do que com a criança em si. Que eles apresentavam ideias distorcidas a respeito do autismo e da (in)capacidade de comunicação; e que isso conseqüentemente acabava interferindo de maneira negativa na prática pedagógica. Por outro lado, as autoras defendem que, quando a inclusão é

efetiva, traz benefícios não só para a criança como também para a sua família, que passa a acreditar e valorizar a aprendizagem, investindo nas potencialidades da criança.

No último trabalho analisado, Serra (2010) buscou investigar a percepção dos professores, diretores de escola, colegas de sala e familiares sobre a inclusão de alunos com TEA. A autora traz a reflexão de que independente da proposta pedagógica, um atendimento para ter sucesso e resultados requer a participação da família e essa age como fator decisivo para a aprendizagem e o desenvolvimento da criança. Ela defende que a intervenção precoce, antes dos 5 anos, pode trazer muitos benefícios para a criança. A escola é segundo a autora, “o único espaço que divide com a família a responsabilidade de educar. Ela favorece uma certa transitoriedade entre as diferenças individuais e as necessidades do grupo, oferecendo ao indivíduo oportunidades de comportamentos mais socializadores.” (SERRA, 2010, p. 47) A autora ressalta que segundo os pais participantes de seu estudo, a inclusão seria mais eficiente se os professores tivessem menos alunos em sala ou pudessem contar com a ajuda de um auxiliar. A autora afirma que quando uma criança com TEA é incluída na escola, sua família também acaba sendo inserida, assim a inclusão no ambiente escolar representa apenas uma pequena fatia de um estudo muito maior sobre a inclusão social.

Metodologia

Os fundamentos metodológicos adotados seguirão os pressupostos qualitativos com base na pesquisa participante podendo incluir a pesquisa-ação. Pretendemos, ainda, como maneira de enriquecer o estudo, utilizar instrumentos como entrevista e/ou questionários semi-estruturados, relatórios de visitas, fotografias e/ou videogravações. Serão, também, analisados os históricos escolares dos estudantes, a fim de verificar em que idade foram matriculados na escola e se constam registros de escolarização anterior, na Educação Infantil.

Nas visitas semanais às duas turmas selecionadas como sujeitos da pesquisa, serão observados os recursos utilizados nas práticas pedagógicas e os efeitos provocados nas relações dos alunos entre si, os alunos e os docentes e em relação aos conteúdos curriculares. É considerada a possibilidade de elaboração de recursos em conjunto com as/os professoras/es, caso haja receptividade a este projeto. Serão, também, propostos encontros mensais com as professoras das referidas turmas, para discussão sobre o cotidiano destes alunos, suas dificuldades e progressos, visando melhor compreender suas necessidades educacionais.

A proposta, ao final desta pesquisa é conhecer e compreender melhor este cotidiano e o trabalho realizado com os alunos com TEA no ambiente escolar.

Considerações sobre o produto educacional

O processo de construção compartilhada de recursos didáticos, bem como a observação de sua utilização e discussão contínua com as professoras acerca das necessidades educacionais especiais dos estudantes com TEA gerarão um catálogo de recursos específicos para serem utilizados no Ensino Fundamental.

No catálogo serão apresentados os recursos elaborados com os professores, bem como a justificativa de sua utilização – de que forma favoreceram a acessibilidade ao currículo para estes alunos.

Referências

American *Psychiatric Association*. *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders* – DSM-5. 2013. Disponível em: <https://docs.google.com/file/d/0BwD-YtZFW-fxMbWs2UC1WdWJzZTQ/edit?pli=1> Acesso em: 31 mar. 2015

BACKES, B, ZANON, RB, BOSA, C.A. A relação entre regressão da linguagem e desenvolvimento sociocomunicativo de crianças com transtorno do espectro do autismo. *Revista CoDAS*, n. 25, p. 268-73, 2013.

BAPTISTA, CR, BOSA, C (orgs.). *Autismo e educação: reflexões e propostas de intervenção*. Porto Alegre: Artmed, 2002

BRASIL. MEC. INEP. *Sinopses Estatísticas da Educação Básica*. Disponível em <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>> Acesso em: 20 abr. 2015

BRASIL. IBGE. *Características Gerais da população, religião e pessoas com deficiência*. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Caracteristicas_Gerais_Religiao_Deficiencia/caracteristicas_religiao_deficiencia.pdf> Acesso em: 01 abr. 2015

. Cidades@. Rio de Janeiro. Disponível em <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=330455&search=rio-de-janeiro|rio-de-janeiro|infograficos:-informacoes-completas>> Acesso em 20 abr. 2015

BRAUN, P. *Uma intervenção colaborativa sobre os processos de ensino e aprendizagem do aluno com deficiência intelectual*. Tese (doutorado). Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação. 2012

DORZIAT, A. A inclusão nas escolas de 1º ciclo de ensino básico de Lisboa: algumas considerações. *Revista Brasileira de Educação Especial Marília*, v. 15, n.2, p. 269-288, 2009

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 17ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001

GARCIA, ML; LAMPREIA, C. Limites e possibilidades de identificação do autismo no primeiro ano de vida. *Revista Psicologia: Reflexão e Crítica*, 24 (1), 300-308, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/prc/v24n2/11.pdf>> Acesso em: 22 jun. 2014

GLAT, R; BLANCO, LMV. Educação especial no contexto de uma educação inclusiva. In: GLAT, R. (org.). *Educação inclusiva: cultura e cotidiano escolar*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007

GLAT, R., VIANNA, M. M. & REDIG, A. *Plano Educacional Individualizado: uma estratégia a ser construída no processo de formação docente*. Ciências Humanas e Sociais em Revista. RJ, EDUR, v. 34, n. 12, p. 79-100, 2012

HEWITT, S. *Compreender o autismo: estratégias para alunos com autismo nas escolas regulares*. Trad. Joao Felix Almeida, Portugal: Editora Porto, 2006

HÖHER CAMARGO, SP, BOSA, CA. Competência Social, Inclusão Escolar e Autismo: Revisão Crítica da Literatura. *Revista Psicologia & Sociedade*; v.21, p. 65-74, 2009

LENT, R (org.). *Neurociência da mente e do comportamento*. Rio de Janeiro: Gunabara Koogan, 2013

KASSAR, MCM. Neurologia e Implicações Pedagógicas. In: MELETTI, SMF, KASSAR, MCM (orgs.). *Escolarização de alunos com deficiência: desafios e possibilidades*. Campinas: Mercado das Letras, 2013.

. Educação especial no Brasil: desigualdades e desafios no reconhecimento da diversidade. *Revista Educação e Sociedade*, v. 33, n.120, p. 833-49, 2012

LAMPREIA, C. *Autismo: manual ESAT e vídeo para rastreamento precoce*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2013.

LEMOS, ELMD, SALOMÃO, NMR, AGRIPINO-RAMOS, CS. *Inclusão de Crianças Autistas: um Estudo sobre Interações Sociais no Contexto Escolar*. Revista Brasileira de Educação Especial de Marília, v. 20, n. 1, p. 117-130, 2014

MENDES, EG. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*. v. 11, n.33, p. 387-405. 2006

MERCADANTE, MT, ROSARIO, M.C (orgs.). *Autismo e o cérebro social*. São Paulo: Farma, 2009

NUNES, LRd'OP. *Novas trilhas no modo de fazer pesquisa em educação especial*. São Carlos: Marquezine & Manzini: ABPEE, 2014

NUNES, DRP; AZEVEDO, MQO; SCHMIDT, C. Inclusão educacional de pessoas com Autismo no Brasil: uma revisão da literatura. *Revista Educação Especial*, v. 26, n. 47, p. 557-572, 2013 Disponível em: <http://www.ufsm.br/revistaeducacaoespecial>

OLIVEIRA, MK. Vygotsky e o processo de formação de conceitos. In: *Piaget, Vygostky e Wallon: teorias psicogenéticas em discussão*. São Paulo: Summus, 1992

PLETSCH, M. D. *Repensando a inclusão escolar: diretrizes políticas, práticas curriculares e deficiência intelectual*. Rio de Janeiro: EDUR, 2011.

REGO, Teresa Cristina. *Vygotsky: uma perspectiva histórico-cultural da educação*. 14. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

SANCHES, I. TEODORO, A. Procurando indicadores de educação inclusiva: as práticas dos professores de apoio educativo. *Revista Portuguesa de Educação*. 20(2), 105-149.

SANTOS, MP; PAULINO, MM (orgs). *Inclusão em educação: culturas, políticas e práticas*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SERRA, D. Autismo, Família e Inclusão. *Revista Polêm!ca*, v. 9, n. 1, p. 40-56, 2010

VASQUES, C. Alunos com autismo, transtornos globais do desenvolvimento, psicose infantil?! sobre as formas de nomear e compreender o atendimento educacional. *Revista Educação e Cultura Contemporânea*. Vol 9, n. 19, p. 162-179, 2012.

VASQUES, C. MOSCHEN, S; GURSKI, R. Entre o texto e a vida: uma leitura sobre as políticas de educação especial. *Revista Educação e Pesquisa*, v. 39, n. 1, p. 81-94, 2013.

VYGOTSKI, L. S. *Obras escogidas III. Problemas del desarrollo de la psique*. Madri: Visor, 1995

Data de recebimento: 15/05/15

Data de aceite: 24/05/15